

XVII Concurso - Prova Específica

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prova escrita especializada da Banca de Direito Civil

(Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Comercial)

Data: 18.11.94 Ponto sorteado n° 5

1ª questão: Direito Civil - Valor: 50 pontos

Em face do nosso direito positivo, considerando a capacidade de regência da própria pessoa e da livre disposição de contratar, é admissível a comercialização de órgãos ou partes do corpo humano para fins de transplantes?

E do leite, do sangue e do sêmen?

RESPONDENDO ÀS INDAGAÇÕES, DISSERTE O CANDIDATO SOBRE A MATÉRIA.

2ª questão: Direito Civil - Valor: 50 pontos

O Município X, para abertura de uma estrada vicinal destinada ao escoamento de produtos agrícolas da região, ajuizou ação de desapropriação de uma longa faixa de terras da propriedade rural atribuída a PETRÔNIO, o qual detinha a posse mansa e pacífica da mesma por mais de vinte anos.

Houve oferta do preço e obtida a imissão provisória, ultimando-se a obra pública, enquanto no correr da ação se questionou em torno do valor da área desapropriada.

Afinal, fixado o preço, transitada em julgado a decisão, pago e expedida a carta de adjudicação em favor do expropriante, foi a mesma levada à inserção do Registro Imobiliário, tendo o Oficial suscitado dúvida quanto ao seu registro, em razão da inexistência de registro anterior, o que se tornava indispensável para se manter a continuidade registral, como estabelece o art. 195 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

A dúvida foi objetada pelo Município como improcedente, face à natureza do título e os autos foram com vista ao Ministério Público.

OPINE O CANDIDATO.

3ª questão: Direito Processual Civil - Valor: 50 pontos

Nos autos do inventário dos bens deixados por J.J.K., o inventariante (viúvo-meeiro) e todos os demais interessados (herdeiros testamentários) peticionaram ao Juízo, requerendo o reconhecimento da nulidade da sentença que homologara a partilha, posto que, à época em que fora prolatada a decisão, o advogado constituído pelo viúvo era falecido; ou alternada e sucessivamente, a sua retificação nos termos do art. 1028 do CPC, dada a notória inconveniência, havida na partilha dos bens: o lote nº 1, onde fora constituída a casa em que sempre vivera o ex-casal, ficara para os herdeiros, e o lote nº 2 para o cônjuge-sobrevivente. Além disto ficara fora do inventário o lote de nº 3.

(continua)

O Dr. Juiz indeferiu ambos os pedidos, pelas seguintes razões de decidir: 1) o ato homologatório não fora praticado pela parte sem representação, mas sim pelo Juiz, e destarte a sentença não é nula; 2) a suspensão do processo não fora determinada porque o falecimento de aludido advogado era por todos ignorado; 3) não houve recurso da sentença, logo ela se tornara imutável e, conseqüentemente, não mais passível de anulação; 4) inadmissível a aplicação do invocado art. 1028, pois não se cuida de erro de fato na descrição dos bens.

Inconformados, os interessados interpuseram, no prazo legal, agravo de instrumento, insistindo no acolhimento de um dos pedidos, visto que, sendo a vontade da testadora que sempre desejara que seu marido permanecesse residindo no imóvel construído para ser o lar de ambos.

Regularmente processado o agravo, foi aberta vista ao Dr. Curador de Resíduo.

Formule o pronunciamento do Ministério Público.

4ª questão: Direito Processual Civil - Valor: 50 pontos

Proposta execução, lastreada em contrato de financiamento e nota promissória ao mesmo vinculada, em face do devedor principal, este ofereceu Embargos à Execução, arguindo a impenhorabilidade de seu único imóvel, tendo em vista a Lei nº 8.009, de 23.03.90 e, em especial, o prescrito em seus arts. 3º e 6º. O Embargado sustentou a validade da penhora, afirmando que não merecia acolhida a alegada impenhorabilidade, posto que não poderia ser alcançado pela nova lei o bem que, anteriormente ao seu advento, tinha sido objeto de constrição judicial, visto que não pode a mesma retroagir para prejudicar o direito adquirido e o ato jurídico perfeito. Foi o Ministério Público intimado para se pronunciar. Fundamentadamente, formule o pronunciamento do Órgão Fiscal.

5ª questão: Direito Comercial - Valor: 50 pontos

Objetivando a ampliação de seus negócios, a firma DELTA adquiriu várias máquinas para a sua indústria de tecelagem, fazendo tal aquisição através de alienação fiduciária, com financiamento do BANCO MECA S/A. Três meses após a transação realizada, em decorrência de impontualidade com suas dívidas frente a vários credores, sobreveio a decretação da falência da aludida firma, ocorrendo, por conseguinte, a arrecadação de todo seu vasto patrimônio.

Inconformado, postulou o Banco credor a restituição dos bens que lhe foram alienados fiduciariamente. O Síndico, entretanto, impugnou o pedido alegando que o maquinário dado em garantia havia desaparecido, consoante demonstrava o auto de arrecadação procedido, razão

pela que não fora objeto do arrebanhamento legal e, nesse caso, só restava ao credor fiduciário habilitar-se na falência.

OS AUTOS FORAM AO MINISTÉRIO PÚBLICO. OPINE O CANDIDATO COM O DEVIDO FUNDAMENTO.

6ª questão: Direito Comercial - Valor: 50 pontos

LUMINA S.A., VECTRA INDUSTRIAL S.A. E MONZA COMERCIAL S.A., por ato formal e regular, constituíram, ao abrigo da atual lei de sociedades por ações, o CONSÓRCIO PAVÃO. QUANTO LTDA., titular de crédito líquido, certo e exigível,

(continua)

representado por nota promissória de emissão da primeira e já protestada, requereu a falência desta, postulando que o pedido fosse estendido às demais, face a solidariedade que decorreria do contrato consorcial entre elas celebrado, bem como que fosse, em consequência, decretada a extinção do referido consórcio.

Citadas as requeridas, somente as duas últimas (VECTRA E MONZA) ofereceram defesa, sustentando que a vinculação consorcial não gerava qualquer solidariedade no que tange à dívida representada pela cambial emitida por LUMINA, como também, pela mesma razão, e por ser imprópria a via escolhida, não seria cabível a pretendida extinção do consórcio por elas constituído.

Tendo-se presente a intervenção obrigatória do Ministério Público, opine o CANDIDATO, justificadamente, acerca da questão proposta.

BOA SORTE!

SORTE!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prova escrita especializada da Banca de Direito Penal

(Direito Penal Comum, Direito Penal Especial e Direito Processual Penal)

Data: 17.11.94 Ponto sorteado nº 3

1ª questão: Direito Penal Comum - Valor: 50 pontos

Em 15/10/90, CAIO, de 17 anos e 11 meses, TÉRCIO de 20 anos, LÍVIO e MÉRVIO, maiores de idade, se associaram de forma estável e permanente com o intuito de perpetrarem crimes de furto.

Em 23/10/90, TÉRCIO mudou-se para São Paulo.

Em 17/12/90, no interior de um coletivo, enquanto LÍVIO e MÉRVIO distraíam um casal, entabulando animada conversa com o mesmo, CAIO colocou uma de suas mãos no bolso direito de Francisco para subtrair-lhe a carteira, não logrando êxito, contudo, pois o mesmo a trazia do lado esquerdo, e, em seguida, após produzir um pequeno corte na bolsa de Marina, subtraiu-lhe, do interior da mesma, um talão de cheque em branco e sua carteira de identidade.

Saindo do ônibus, CAIO despediu-se de seus comparsas, ficando encarregado de transformar o talão em dinheiro para posterior repartição entre todos, o que se concretizou, pois, logo após, preencheu os cheques, cada um no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), neles falsificou a assinatura de Marina e, em seguida, os negociou pelo valor total de R\$ 200,00 (duzentos reais) com SÍLVIO, estando este ciente da origem criminosa dos mesmos.

Quando se dirigiram para suas residências, LÍVIO e MÉRVIO presenciaram Mário, empresário bem sucedido, colidir seu automóvel com uma árvore, tendo morte imediata.

LÍVIO e MÉRVIO sequestraram o cadáver de Mário e exigiram de seus familiares dois milhões de dólares de resgate.

Pedro, filho de Mário, na crença de que seu pai estava vivo, compareceu no local previamente combinado e pagou o preço estipulado, sendo, logo em seguida, assassinado por LÍVIO e MÉRVIO.

Em 30/10/94, policiais lograram localizar LÍVIO e MÉRVIO, tendo estes revelado o local onde haviam enterrado os corpos de Mário e Pedro, assim como confessado os fatos supramencionados.

Concluído o procedimento investigatório apurou-se que: (a) SILVIO foi preso ao apresentar ao caixa do banco sacado os cheques para pagamento, pois Marina ali se encontrava para sustá-los; (b) LÍVIO e MÉRVIO tinham ciência prévia da fórmula empregada por CAIO para transformar o talão de cheques em dinheiro e (c) CAIO não teve qualquer participação nos fatos delituosos perpetrados contra Mário e Pedro.

Recebendo os autos do inquérito policial em 17/11/94, como Promotor de Justiça, firme sua opinião delicti a respeito das condutas perpetradas por CAIO, TÉRCIO, LÍVIO, MÉRVIO e SILVIO, indicando os dispositivos legais pertinentes. Justifique sua resposta, não se fazendo necessário a elaboração de peça técnica.

2ª questão: Direito Penal Comum - Valor: 50 pontos

No que tange aos institutos jurídicos da antijuridicidade e do concurso de pessoas, posicione-se, de forma sucinta mas fundamentada, quanto aos seguintes tópicos:

(continua)

(a) Possibilidade do consentimento do ofendido funcionar como causa excludente da antijuridicidade;

(b) Possibilidade da prática desportiva violentas de que resultem lesões corporais constituir crime;

(c) Possibilidade da convivência ou participação negativa produzir consequências jurídicas;

(d) Possibilidade da teoria unitária ou monista agasalhada pelo Código Penal no tocante à co-delinquência admitir exceções pluralísticas.

3ª questão: Direito Penal Especial - Valor: 50 pontos

A, B e C foram presos em flagrante, no dia 27 de janeiro de 1994, por volta das 22,30 horas nas imediações da cidade de Barra Mansa, num Posto da Polícia Rodoviária Estadual ali existente, em face da apreensão, no interior do veículo em que se encontravam, de três revólveres Taurus, calibre 32, e cerca de 15 gramas de maconha, sendo certo, ainda, que A, condutor do veículo, não portava documento de propriedade do mesmo e nem carteira de habilitação para dirigi-lo.

Interrogados pela autoridade policial, não só admitiram o fato, tal como narrado pelos policiais militares, como também confessaram a subtração do FORD ESCORT, ano 1993, na noite anterior, num sinal luminoso, no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro, mediante grave ameaça contra o proprietário do mesmo, exercida com as armas já referidas.

Como Promotor de Justiça da Comarca de Barra Mansa, redija a peça vestibular e a respectiva cota, na qual deverão ser formulados eventuais requerimentos pertinentes, devidamente fundamentados.

4ª questão; Direito Penal Especial - Valor: 50 pontos

O Decreto-Lei 201/67 teve por objetivo estabelecer a responsabilidade dos prefeitos e vereadores pelo cometimento de condutas nos exercícios dos respectivos cargos.

a - Quais são as condutas delituosas previstas no mencionado Decreto-Lei que também encontram tipificação no Código Penal?

b - Ocorrendo a omissão de que trata o § 2º, do art. 2º, do Decreto-Lei 201, por parte do Ministério Público Estadual, quais as providências que poderiam ser determinadas pelo Procurador-Geral da República?

c - Pode o Judiciário intervir no procedimento para apuração de infrações político-administrativas da competência da Câmara Municipal?

Todas as respostas deverão ser amplamente fundamentadas.

5ª questão: Direito Processual Penal - Valor: 50 pontos

Pedro responde a processo por violação ao artigo 157 do Código Penal, por evento criminoso ocorrido no dia 05/09/91, nesta Cidade. A denúncia é recebida aos 10/09/91, ganhando o processo curso regular. O réu é interrogado pelo juiz A, que, da mesma forma, colhe parte da prova testemunhal arrolada pelo Ministério Público. O restante da prova oral da acusação, bem como a prova testemunhal da defesa, é inquirida pelo juiz B, que no momento oportuno, prolata a sentença condenatória. O acusado, que durante o processo nada argüira, apela, em tempo hábil, invocando, em linha de preliminar, a nulidade do processo, pois o juiz a estaria vinculado ao processo para sentenciar, uma vez que iniciara a colheita da prova

Pergunta-se: a questão prévia suscitada pelo recorrente merece acolhida? RESPOSTA FUNDAMENTADA.

(continua)

6ª questão: Direito Processual Penal - Valor: 50 pontos

Marcelo, por denúncia recebida em 09/10/89, responde a ação penal por infração ao art. 121 do Código Penal, tendo o evento criminoso ocorrido aos 10/09/88, na cidade do Rio de Janeiro. O processo tem andamento regular, vindo o imputado a ser impronunciado por entender o juiz do feito, acolhendo pronunciamento do Ministério Público, que não existiam indícios da autoria do referido crime. A decisão fica preclusa para as partes em 15/10/90. Passado um ano da ocorrência da preclusão daquela decisão, surgem novas provas indiciando Marcelo, de forma suficiente, pela prática do mesmo fato criminoso pelo qual fora impronunciado.

Pergunta-se: o Ministério Público pode promover nova ação penal, pelo mesmo fato, contra Marcelo? RESPOSTA FUNDAMENTADA.

BOA SORTE!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prova escrita especializada da Banca de Direito Público

(Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público)

Data: 19.11.94 Ponto sorteado n° 3

1ª questão: Direito Constitucional - Valor: 50 pontos

O artigo 60, § 2º da Constituição Federal, estipula que a Constituição só pode ser emendada pelos votos favoráveis de pelo menos 3/5 (três quintos) dos membros de cada Casa do Congresso Nacional. Por outro lado, o art. 3º das Disposições Constitucionais Transitórias permitiu a revisão constitucional, após 5 (cinco) anos de promulgação da Carta, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional em sessão unicameral. Ultrapassada a possibilidade de revisão constitucional com base no aludido dispositivo transitório, pergunta-se: pode a Constituição Federal ser emendada com a finalidade de reduzir o "quorum" de aprovação de futuras emendas constitucionais de 3/5 (três quintos) para a maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional? Justifique a resposta.

2ª questão: Direito Constitucional - Valor: 50 pontos

As entidades constitucionalmente legitimadas a impetrar mandado de segurança coletivo carecem de autorização de seus integrantes para pleitear em Juízo o remédio heróico coletivo, com o objetivo de defesa dos interesses atinentes à respectiva categoria classista ou associativa genericamente considerada? Justifique a resposta.

3ª questão: Direito Administrativo - Valor: 50 pontos

É legítima a revogação de ato administrativo discricionário quanto ao motivo e ao objeto e inválido por vício de forma em caso em que a forma não era essencial à validade do ato?
Resposta justificada.

4ª questão: Direito Administrativo - Valor: 50 pontos

Flaviano Freitas move ação cautelar a Luz - Serviços de Eletricidade S.A., concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, sem capital público, ação essa na qual pleiteia o restabelecimento do fornecimento a sua residência, o qual fora cortado sob o fundamento da prática por ele de fraude no consumo em prejuízo da ré. Na inicial o autor nega o cometimento do fato que lhe foi atribuído e alega não ter sido instaurado processo

administrativo em que se lhe assegurasse ampla defesa. A liminar postulada é indeferida. Na contestação argumenta a ré ter-se limitado a dar cumprimento a dispositivo de lei federal que impõe o corte quando apurada a fraude em apreço, sustenta que tal medida não está sujeita à prévia instauração de processo administrativo, sem previsão, aliás, na mencionada lei, e aduz que o restabelecimento do fornecimento depende de que, antes, o consumidor pague todas as diferenças verificadas, como a mesma lei estabelece. A requerimento da ré o Juiz defere prova pericial, ato contra o qual o autor interpõe agravo de instrumento. Realizada a perícia, a fraude fica constatada. Antes do julgamento do recurso é aberta vista ao Ministério Público.

(continua)

Opine como agente ministerial. Considere que a matéria está disposta no plano legal nos termos expostos pela ré.

5ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público - Valor: 50 pontos

Em ação civil pública, proposta pelo Ministério Público, é cabível o depoimento pessoal do autor em audiência de instrução e julgamento? Resposta justificada.

6ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público - Valor: 50 pontos

Pode o Ministério Público, atuando como órgão interveniente em ação civil pública, opor-se à transação judicial entre as partes? Resposta justificada.

BOA SORTE!

SORTE !

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prova escrita especializada da Banca de Direito Público

(Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público)

Data: 19.11.94 Ponto sorteado n° 3

1ª questão: Direito Constitucional - Valor: 50 pontos

O artigo 60, § 2º da Constituição Federal, estipula que a Constituição só pode ser emendada pelos votos favoráveis de pelo menos 3/5 (três quintos) dos membros de cada Casa do Congresso Nacional. Por outro lado, o art. 3º das Disposições Constitucionais Transitórias permitiu a revisão constitucional, após 5 (cinco) anos de promulgação da Carta, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional em sessão unicameral. Ultrapassada a possibilidade de revisão constitucional com base no aludido dispositivo transitório, pergunta-se: pode a Constituição Federal ser emendada com a finalidade de reduzir o "quorum" de aprovação de futuras emendas constitucionais de 3/5 (três quintos) para a maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional? Justifique a resposta.

2ª questão: Direito Constitucional - Valor: 50 pontos

As entidades constitucionalmente legitimadas a impetrar mandado de segurança coletivo carecem de autorização de seus integrantes para pleitear em Juízo o remédio heróico coletivo, com o objetivo de defesa dos interesses atinentes à respectiva categoria classista ou associativa genericamente considerada? Justifique a resposta.

3ª questão: Direito Administrativo - Valor: 50 pontos

É legítima a revogação de ato administrativo discricionário quanto ao motivo e ao objeto e inválido por vício de forma em caso em que a forma não era essencial à validade do ato?
Resposta justificada.

4ª questão: Direito Administrativo - Valor: 50 pontos

Flaviano Freitas move ação cautelar a Luz - Serviços de Eletricidade S.A., concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, sem capital público, ação essa na qual pleiteia o restabelecimento do fornecimento a sua residência, o qual fora cortado sob o fundamento da prática por ele de fraude no consumo em prejuízo da ré. Na inicial o autor nega o cometimento do fato que lhe foi atribuído e alega não ter sido instaurado processo administrativo em que se lhe assegurasse ampla defesa. A liminar postulada é indeferida. Na contestação argumenta a ré ter-se limitado a dar cumprimento a dispositivo de lei federal que impõe o corte quando apurada a fraude em apreço, sustenta que tal medida não está sujeita à prévia instauração de processo administrativo, sem previsão, aliás, na mencionada lei, e aduz que o restabelecimento do fornecimento depende de que, antes, o consumidor pague todas as diferenças verificadas, como a mesma lei estabelece. A requerimento da ré o Juiz defere prova pericial, ato contra o qual o autor interpõe agravo de instrumento. Realizada a perícia, a fraude fica constatada. Antes do julgamento do recurso é aberta vista ao Ministério Público.

(continua)

Opine como agente ministerial. Considere que a matéria está disposta no plano legal nos termos expostos pela ré.

5ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público - Valor: 50 pontos

Em ação civil pública, proposta pelo Ministério Público, é cabível o depoimento pessoal do autor em audiência de instrução e julgamento? Resposta justificada.

6ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público - Valor: 50 pontos

Pode o Ministério Público, atuando como órgão interveniente em ação civil pública, opor-se à transação judicial entre as partes? Resposta justificada.

BOA SORTE!

SORTE !

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prova escrita preliminar - 9.10.94

1a. questão: Direito Penal Comum: Valor - 5 pontos

CAIO e TÍCIO, animus necandi, ignorando cada um deles a conduta do outro, mediante emboscada, desfecham disparos contra MÁRIO, que veio a ser atingido pelo projétil de uma das armas, não se apurando, contudo, de qual.

Momentos antes, CAIO confidenciara o seu propósito criminoso ao policial civil MÉVIO, que se achava em serviço nas proximidades, sendo a conversa, sem que ambos percebessem, escutada pelo bancário SÍLVIO da janela de sua residência.

Do local onde se encontravam, MÉVIO e SÍLVIO assistiram passivamente ao evento.

Acreditando que MÁRIO estivesse morto, CAIO, TÍCIO e MÉVIO saíram do local, enquanto SÍLVIO, ignorando o pedido de auxílio da vítima, retirou-se para o interior de sua casa.

Decorridos trinta minutos, MÁRIO foi socorrido por terceiros, vindo a falecer ao dar entrada no hospital do Andaraí, em consequência dos ferimentos sofridos e da ausência de pronta assistência.

Recebendo os autos do inquérito policial, como Promotor de Justiça, firme sua opinião delicti a respeito das condutas perpetradas por CAIO e TÍCIO, indicando os dispositivos legais pertinentes.

Justifique sucintamente a resposta, não se fazendo necessária a elaboração de peça técnica.

2a. questão: Direito Penal Comum: Valor - 5 pontos

Calcado nos fatos articulados na questão anterior, como Promotor de Justiça, firme sua opinião delicti a respeito das condutas praticadas por MÉVIO e SÍLVIO, indicando os dispositivos legais pertinentes.

Justifique sucintamente a resposta, não se fazendo necessária a elaboração de peça técnica.

(continua)

3a. questão: Direito Penal Especial: Valor - 5 pontos

No ano de 1987, prefeito de certo município do interior do Estado determinou a demolição da loja e a cassação da licença de funcionamento da livraria nova que lá funcionava, situada em imóvel construído, segundo os servidores municipais, em desacordo com as posturas estabelecidas na legislação municipalista, entendendo, ainda, que a mencionada licença foi conseguida através de meios irregulares. O proprietário, indignado por jamais ter sido ouvido sobre os fatos, representou ao Ministério Público que decidiu por denunciar o prefeito por

abuso de autoridade. O prefeito alegou que, muito embora não tenha havido o regular procedimento administrativo, e tampouco lavratura de autos de infração, saltava aos olhos de todos as irregularidades da obra construída, bem como do comércio cuja licença cassou. O juiz rejeitou a denúncia, alegando tratar-se de mero ilícito administrativo e que o proprietário poderia postular, no Juízo Cível, a indenização que entendesse devida.

Como deveria ter se posicionado o Promotor de Justiça face a rejeição da denúncia? Resposta objetivamente justificada.

4a. questão: Direito Penal Especial: Valor - 5 pontos

O Código Penal Militar estabelece norma distinta do Código Penal (comum) no que se refere a situação de perigo causada pelo agente no estado de necessidade? Resposta objetivamente justificada.

5a. questão: Direito Processual Penal : Valor - 5 pontos

Como resolver o impasse processual criado caso o Ministério Público recuse aditar a denúncia na hipótese contemplada no art. 384, parágrafo único, do Código de Processo Penal? Resposta objetivamente justificada.

6a. questão: Direito Processual Penal : Valor - 5 pontos

Em apelação exclusiva da acusação, pode o Tribunal absolver o réu? Resposta objetivamente justificada.

7a. questão: Direito Processual Penal : Valor - 5 pontos

É válido o reconhecimento de pessoa feito mediante fotografia? Resposta objetivamente justificada.

8a. questão: Direito Civil: Valor - 5 pontos

O que é liberalidade inoficiosa? Qual a consequência jurídica da sua ocorrência? Resposta objetivamente justificada.

9a. questão: Direito Civil: Valor - 5 pontos

É legítima a aplicação da plusvalia na desapropriação?

Sim ou não, por quê?

(continua)

10a. questão: Direito Civil: Valor - 5 pontos

Dispondo o co-herdeiro de liberdade para ceder a terceiros seus direitos hereditários, sem afronta prévia aos demais herdeiros sucessíveis, qual a consequência jurídica se o fizer sobre determinado bem, individualizadamente, da herança? Resposta objetivamente justificada.

11a. questão: Direito Processual Civil: Valor - 5 pontos

É obrigatória a intervenção do Ministério Público nas ações que visam anulação de escritura de compra e venda de imóvel entre partes capazes? Resposta objetivamente justificada.

12a. questão: Direito Processual Civil: Valor - 5 pontos

Julgada procedente Ação de Alimentos proposta por Y.F., esta requereu a liquidação da sentença. Homologados os cálculos, X.F. recorreu, sendo certo que não lhe foi favorável a

decisão de segundo grau de jurisdição. Voltando os autos à vara de origem, Y.F. promoveu a execução da sentença, já que não pagas as prestações alimentícias. Mais

uma vez, X.F. impugnou os cálculos do contador. Como foi desacolhida sua impugnação, interpôs novo recurso.

São cabíveis ambos os recursos? Em caso de resposta afirmativa, indique, fundamentando objetivamente, qual (is) o(s) recurso(s) cabível (is).

13a. questão: Direito Comercial: Valor - 5 pontos

A ação de enriquecimento sem causa (actio in rem verso), pode ser ajuizada contra o avalista ou o endossante de título cambial prescrito? Indique as disposições legais pertinentes, justificando objetivamente a resposta.

14a. questão: Direito Comercial: Valor - 5 pontos

Túlio, titular de uma firma individual com sede nesta cidade, devidamente inscrita no registro respectivo, sendo credor da firma Franca Comercial LTDA., por nota promissória emitida regularmente e com observância das formalidades estabelecidas no Decreto-Lei n. 7.661, de 15.06.45, embora o título não estivesse protestado, requereu em 26.05.94 a falência da devedora, em razão de um protesto efetuado por Marcelo, credor de outro título da citada firma - também emitido regularmente - o qual, não tendo recebido o que lhe era devido, requerera a falência da devedora comum em 21.05.94.

Opondo-se ao pedido de falência manifestado por Túlio, a devedora, Franca Comercial LTDA., alegou que o título de Marcelo, embora vencido e protestado, já havia sido pago, exibindo a respectiva quitação, datada de 28.05.94, sustentando que, à vista disso, seria incabível a decretação de sua falência, inclusive porque o título de Túlio não estava sequer protestado.

Os autos foram remetidos ao representante do Ministério Público, para que este se manifestasse. Como o candidato se pronunciaria? Resposta objetivamente justificada.

(continua)

15a. questão: Direito Constitucional: Valor - 5 pontos

Determinada entidade de classe, com representantes nos Estados do Amazonas, Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, arguiu junto ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (local da sede da referida entidade), através de ação direta, a inconstitucionalidade de lei municipal frente à Constituição Federal. Opine objetivamente sobre o cabimento da ação, tendo em vista a capacidade postulatória, e, ainda, sobre a competência para o respectivo julgamento.

16a. questão: Direito Constitucional: Valor - 5 pontos

O Poder Público Municipal de cidade com cerca de 30.000 (trinta mil) habitantes, considerando que o proprietário de determinado imóvel urbano não atendeu ao adequado aproveitamento do solo, dentro de princípios traçados no Plano Diretor, decretou a desapropriação do referido bem, através de pagamento com títulos da dívida pública, com prazo de resgate de 5 (cinco) anos.

Pergunta-se: o ato municipal é constitucional, frente ao princípio consagrado no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal? Resposta objetivamente justificada, com indicação dos dispositivos constitucionais cabíveis.

17a. questão: Direito Administrativo: Valor - 5 pontos

É admissível mandado de segurança em que se impugna a validade de disposição integrante de ato que disciplina concurso público de provas e títulos? Resposta objetivamente justificada.

18a. questão: Direito Administrativo: Valor - 5 pontos

Tem fundamento no poder de polícia a rescisão de contrato administrativo por ato da Administração em virtude de descumprimento de cláusula do mencionado contrato pelo contratado? Resposta objetivamente justificada.

19a. questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor - 5 pontos

O Promotor de Justiça que tenha atuado em inquérito policial, pode servir como testemunha na ação penal posteriormente ajuizada por outro órgão do Ministério Público? Resposta objetivamente justificada.

20a. questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor - 5 pontos

Qual a natureza da atuação do Ministério Público no segundo grau de jurisdição, quando, na instância inferior, o órgão ministerial houver atuado como substituto processual ou protetivamente a um incapaz? Resposta objetivamente justificada.

BOA SORTE!

SORTE!